

MODELO PARA ELABORAÇÃO E FORMATAÇÃO DO ARTIGO COMPLETO – (FONTE 14)

Bruno Santos de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica acerca da relação entre os espaços do comércio informal nas cidades, assim como a divisão racial do trabalho (re)produz o espaço urbano, segregando-o cada vez mais. O período da pandemia pôs em evidência os velhos problemas brasileiros, especialmente o desemprego que afeta estruturalmente negros/as, colocando-os numa situação de vulnerabilidade social e luta pela sobrevivência por meio da informalidade. A forte repressão ao comércio informal no Brás (SP), assim como as contradições de usos do espaço urbano pela informalidade são meios de entender como o racismo estrutural e a segregação urbana estão intrinsecamente ligados na formação e manutenção do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: comércio informal; trabalho informal; segregação racial; repressão.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo revisar la literatura sobre la relación entre los espacios de comercio informal en las ciudades, así como también cómo la división racial del trabajo (re)produce el espacio urbano, segregándolo cada vez más. El período de la pandemia resaltó los viejos problemas brasileños, especialmente el desempleo que afecta estructuralmente a los negros, colocándolos en una situación de vulnerabilidad social y de lucha por la supervivencia a través de la informalidad. La fuerte represión del comercio informal en Brás (SP), así como las contradicciones en el uso del espacio urbano por parte de la informalidad, son medios para comprender cómo el racismo estructural y la segregación urbana están intrínsecamente vinculados en la formación y mantenimiento del capitalismo brasileño.

Palabras clave: Artículo completo, Normas científicas, Congreso, Darse cuenta, Buena suerte.

¹ Mestrando em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba- UFSCar-Sorocaba. E-mail: brunosnt.almeida@usp.br

INTRODUÇÃO

O comércio e o consumo simbolizam as trocas que cada sociedade faz entre si e entre países. A circulação de mercadorias, de fluxos econômicos evidenciam gostos, reproduzem processos produtivos, diferenciam agentes sociais e o próprio acesso às diferentes tecnologias, bem como traduz o movimento do capital. Cada vez mais na sociedade globalizada, a generalização do consumo se tornou meio para a reprodução do capital, baseado em estratégias que passam de propagandas e tendências, de produção de padrões estéticos, generalização e mercantilização de alguns gostos culturais, assim como indicam estratégias privadas para a captação do público e do que é público.

A análise das atividades comerciais revela, de acordo com Silva (2021), as estruturas que possibilitam a circulação e a troca de mercadorias, isto é, as formas do comércio, suas dimensões, localizações, morfologias, estrutura de trabalho etc. Ainda segundo o autor, o ato de consumir é uma prática que se conecta ao espaço concreto e material (lojas, estabelecimentos) e imaterial, pois revela as provocações aos sentidos que o espaço do consumo desperta nos consumidores.

Contudo, no período pandêmico que se iniciou em março de 2020, o contato entre os indivíduos se tornou rarefeito, dado os perigos sanitários e as políticas de restrições associadas. O século XXI experienciou um momento de ruptura dos encontros, de distanciamento social e impacto no ordenamento das cidades, assim como as trocas comerciais foram duramente afetadas. Varejo e atacado, pequeno comerciante, ambulantes conheceram um dos piores momentos econômicos já vistos na história do capitalismo moderno.

Em momentos de crise, as feridas antes nem tão pouco expostas, sangram e afetam - desigualmente - as classes sociais mais pobres, especialmente se as políticas públicas de contenção dos impactos da pandemia atravessam discursos negacionistas, e mesmo travaram disputas na sociedade que há tempos não se viam - a ver por discursos anti vacinas, por exemplo. Assim, velhos problemas que engendram a formação do capitalismo latino-americano e brasileiro foram tornando-se mais evidentes que outrora, ou antigos problemas aparentemente resolvidos voltaram à tona, tais quais a fome, desemprego, fechamento de lojas e shoppings, crescimento da informalidade, inflação e o desamparo estatal são alguns destes.

O meio urbano, como espaço ordenado para o consumo e comércio, se viu com lojas fechadas para evitar a contaminação. Os lojistas e o grande comércio se reinventaram com o *e-commerce*, meio pelo qual se tornou uma alternativa frente às políticas de restrições aplicadas.

Contudo, os ambulantes e camelôs viram a perda de consumidores, o aumento da fiscalização e de apreensão de mercadorias, bem como a diminuição drástica de vendas.

As disputas socioespaciais em torno dos espaços não-regularizados, vigiados constantemente pelo Estado, se tornou mais acirrada, e ao mesmo tempo, a reprodução da vida frente à emergência da sobrevivência material, associada ao perigo de contração do vírus, evidenciou a natureza de contradições que pobres, majoritariamente negros, tiveram de passar neste período pandêmico.

Destarte, o trabalho informal, comércio e espaço geográfico se tornam centrais para entender a totalidade contraditória que a pandemia evidenciou. O presente artigo tem como objetivo entender como o espaço, categoria segundo Fani (2011) que denuncia a vida e seus conflitos no cotidiano, foi o lugar de embates que dinamizam o que Oliveira (2003) chama de coexistência entre o arcaico e o moderno. O comércio informal e o consumo de ambulantes, traduz dois lados de uma moeda: a informalidade, forma ‘não-capitalista’ que esteve no cerne da formação do capitalismo brasileiro, amplia seus tentáculos e diversifica os meios de sobrevivência da população; por outro lado, o consumo de bens oriundos da informalidade traduz as necessidades de uma parcela da população, a qual sem meios de acesso a bens originais, enxergam nas mercadorias ‘piratas’ ou produtos de baixo valor no mercado, meios para consumir e se reproduzir via mercado. Assim, faz-se necessário compreender como as ciências humanas e a Geografia entendem o comércio informal - assim como o trabalho informal-, e suas relações históricas com o processo de formação do capitalismo brasileiro, bem como o meio pelo qual as desigualdades sociorraciais se perpetuam na produção de espaços altamente segregados.

METODOLOGIA

A metodologia do presente artigo foi baseada em entrevistas semiestruturadas entre os meses de março e junho de 2022 com camelôs e ambulantes, além das associações representantes dos lojistas e dos microempreendedores. Em se tratando de atividades informais, parte de nossos interlocutores mantiveram seu nome e informações em sigilo para sua proteção. Ademais, levantamento bibliográfico e dados secundários foram utilizados para a feitura do referido artigo.

Entendendo o comércio informal na literatura das ciências humanas

O debate acerca da reserva de mão obra não é uma tintura nova ao velho quadro da desigualdade social no Brasil. Em se tratando acerca deste debate, desde os tempos de Marx em *O capital*, fala-se a respeito daquilo que o autor chamou de superpopulação relativamente excedente. Marx argumenta que a população é excedente porque momentaneamente ultrapassa as necessidades de mão de obra das empresas. Contudo, alerta, a mão de obra não é excedente de maneira redundante, pois precisa pagar salários compatíveis com a valorização do capital, dispondo de uma massa de trabalhadores que esteja sendo demitida por algumas empresas e admitida por outras. A reserva móvel de trabalho, argumenta o autor, sempre disponível às empresas quando estas querem expandir rapidamente o número de empregados, Marx nomeou de população excedente líquida.

É desta população excedente líquida que este trabalho irá tratar. O tema em si nos coloca vários desafios conceituais – compreender as diversas visões que engendram este tema e a escala a qual ele deve ser tratada -, além da nebulosidade de dados e da liquidez destes trabalhadores para se encaixar naquilo que acostumamos chamar de “informal”.

Em *O Espaço Dividido - Os dois circuitos da economia urbana* nos países subdesenvolvidos, Milton Santos traz uma abordagem acerca da interpretação do espaço urbano sob a ótica de dois circuitos que permeiam a economia urbana: circuito superior e o circuito inferior. Para chegar a esta conclusão, o autor entende que os processos de modernização impostas pelo processo de expansão do capital estrangeiro são extremamente seletivos tanto em suas formas, quanto em seus efeitos. As variáveis modernas, argumenta o autor, não são acolhidas todas ao mesmo tempo e trata-se de uma história espacial seletiva (idem, p.20). Sobre a formação dos dois circuitos econômicos, o autor elabora:

Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como social, é, a nosso ver, a chave de elaboração de uma teoria espacial. (...) A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente. No entanto, como os gostos novos se difundem na escala do país, enquanto os gostos tradicionais subsistem o aparelho econômico deve adaptar-se ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais, novas ou herdadas. Isso é válido tanto para o aparelho de produção como para o de distribuição. Criam-se dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico mas também pelo processo de organização do espaço. (SANTOS, p. 21 e 22, 2008)

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam dele. Já o circuito inferior, por seu turno, é resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, pois se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a elas ligadas. Entende-se que tanto o comércio quanto o consumo são fortemente influenciados a depender das formas de acesso que cada indivíduo ou parte da sociedade tem aos bens produzidos pela modernidade.

O termo **informal** também é questionado por alguns autores. Márcio Pochmann (2000) refere-se ao setor como *excedente estrutural de mão de obra*. De acordo com o autor, o excedente de mão de obra deixou de ser incorporado pela dinâmica macroeconômica, mesmo quando o país alcançou a fase de expansão de suas forças produtivas entre as décadas de 1940 a 1970. A persistência de produção e reprodução de um excedente estrutural está associada à própria dinâmica do capital. O autor tende a fazer algumas ponderações neste debate de informal e formal, sendo elas: 1) a posição de participar da produção social por parte da força de trabalho não é autônoma, pois está condicionada pelo processo econômico. 2) a substituição de trabalhadores por formas renovadas de produzir, mediante novas tecnologias e gestão do trabalho, e a intensificação do trabalho pelo ritmo crescente de organização capitalista da sociedade, seriam formas de restrição da força de trabalho no processo de produção da sociedade, isto é, no processo de valorização do valor e de intensificação de trabalho morto e diminuição de trabalho vivo, a própria força de trabalho seria escanteada e retida como mão de obra reserva. 3) poucos momentos da história do capital reservaram o pleno emprego da força de trabalho e, na maioria das vezes, as sociedades salariais eram ocasionais e a curto prazo.

Outro autor que se debruçou a estudar a informalidade foi Ricardo Antunes (2011). Para o autor, informalidade e a precarização do trabalho estariam naquilo que ele entende ser a *liofilização organizativa*. Os modos de expressão e os significados da informalidade demonstram a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem qualquer estabilidade, sem registro em carteira, quer em atividades mais instáveis, ou temporárias. O autor atribui duas formas de informalidade para explicar sua teoria de liofilização: a primeira diz respeito aos trabalhadores informais tradicionais que seriam aqueles que estão inseridos em atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter renda para consumo individual e familiar. Nesta modalidade de informalidade, vivem os trabalhadores que dependem da sua própria força, podendo utilizar auxílio de trabalho familiar e ajudantes. Os menos instáveis, nesta modalidade sobrevivem de algum conhecimento

profissional, como pedreiros, jardineiros, costureiras etc. Os mais instáveis são recrutados para trabalhos temporários, podendo, inclusive, trabalhar para os menos instáveis. A segunda modalidade são os trabalhadores informais assalariados sem registro, que perderam o contrato para algumas indústrias – como a têxtil, confecções e calçados – e estão desamparados dos direitos sociais que lhes eram garantidos outrora. De acordo com Antunes (2011), a racionalidade instrumental do capital impulsiona as empresas à flexibilização do trabalho, criando afeições de trabalho informal que antes eram formalizadas.

Outros processos que confirmam esta tendência é a falácia da qualidade total, que visa reduzir o tempo de vida útil dos produtos, aumentando a velocidade do ciclo reprodutivo do capital, uma vez que os produtos visam durar cada vez menos para que tenham uma reposição ágil no mercado. A falácia da qualidade total representa um aumento do supérfluo e do descartável e vai de encontro com as políticas de sustentabilidade tão defendidas em nosso tempo. A inovação constante, segundo o autor, estaria com vistas à alta concorrência global, mediante às constantes atualizações tecnológicas, e sem a obsolescência programada da mercadoria, os capitalistas promovem a política destrutiva e supérflua dos produtos. De acordo com o autor:

“Exatamente pela vigência da lógica destrutiva do capital, que plasma a forma da tecnociência contemporânea em sua razão instrumental, que os mecanismos e as engrenagens do sistema de metabolismo socioeconômico acabam por converter em descartável e supérfluo tudo o que poderia ser preservado e reorientado, tanto para o atendimento efetivo dos valores dos usos sociais, quanto para se evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, do meio ambiente, da relação metabólica entre trabalho e natureza.” (ANTUNES, 2011, p.414).

A flexibilidade liofilizada tem uma impulsão de superfluidade do trabalho, ou seja, cabe ao capital a necessidade de menos trabalho estável e mais formas de trabalhos parciais, terceirizado, dos infoproletariados que se encontram em constante expansão na era da informatização. Para o autor, *todos os espaços* foram convertidos em potencialmente geradores de valor, desde aqueles que têm laços de formalidade, àqueles que estão na franja integrada ao sistema (informalidade), não importa que sejam atividades manuais ou aquelas acentuadamente responsáveis por atividades mais intelectualizadas.

2. Divisão racial do trabalho e colonialidade

Não se dá para compreender a formação do exército reserva do capital, bem como do circuito inferior da economia sem compreender a particularidade do racismo estrutural que

compõe a sociedade brasileira. A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes na América. Após a chegada dos colonos no território americano, a formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas, como índios, negros e mestiços. De acordo com Quijano (2005), a conotação racial foi se configurando à medida em as relações de dominação foram sendo associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, sendo imposto um padrão de dominação, isto é, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Para entender a divisão do trabalho calcada na divisão racial nas Américas, Quijano (2005) compreende que todas as formas de controle e de exploração do trabalho, e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário. Incluíram-se nesse meio a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Assim, na articulação conjunto de todas as respectivas formas de trabalho historicamente conhecidas, estabelecia-se um *padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos*. Nasce, nesse sentido, o capitalismo mundial, associado nessas relações globais do capital.

Com o capital criando um padrão global de controle do trabalho, a **raça** passa a ser um dos principais critérios de divisão do trabalho. Os índios nas colônias hispânicas foram confinados na estrutura de *servidão*, enquanto os negros foram reduzidos à *escravidão*. De acordo com o autor:

“(...) Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase **exclusiva** associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial.” (Quijano, 2005, p.119).

Percebe-se que a configuração da economia-mundo capitalista está centrada na raça como fundamento de estratificação e diferenciação sociais, políticas e econômicas. O autor entende que a dominação das Américas e a colonialidade foram fatores centrais para o desenvolvimento do etnocentrismo europeu. A associação entre o etnocentrismo colonial e classificação raciais universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os povos do mundo, mas também naturalmente superiores. Desta forma, Quijano (op.cit) argumenta que o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado, pois o controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação

capital-trabalho assalariado, sendo, indissociavelmente, de base colonial, pois se fundou na adscrição de todas as formas de trabalho não-remunerado às raças colonizadas na América, e depois em outras partes do mundo.

Na mesma linha de raciocínio, Stanziani (2018) argumenta que os mundos do Oceano Índico e na África, tiveram a existência de antiguidade, reinos e impérios. Contudo, essa cronologia é relevante no que diz respeito às relações de trabalho, pois não houve uma mudança clara da escravatura para o trabalho assalariado, mas sim uma coexistência de diferentes formas de escravidão, dependência e servidão que continuou e continua até os dias atuais. Cabe ressaltar que o autor entende que as perspectivas colonizantes ampliaram as formas de trabalho não-assalariado nessas regiões, de modo que justifica tal coexistência.

Quijano (2005) traz que todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo, ou seja, da própria cultura. Se olharmos atualmente, a persistência de formas de trabalho não-assalariado na periferia do capitalismo reflete um olhar que impacta racialmente as populações que outrora já eram consideradas inferiores, do ponto de vista europeu. O que se vê atualmente é uma contiguidade trajada de formas modernas de produção, mas que ainda assim estrutura o mundo do trabalho por marcadores sociais da diferença e reproduz, internamente nos países, hierarquias raciais de acesso a direitos sociais, individuais e políticos.

Trazendo para o contexto brasileiro, Francisco de Oliveira (2003) em sua obra *Crítica À Razão Dualista*, analisa o Brasil moderno então formado pós-1930, e como ele foi formado por uma contradição: a de que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 36), tornando uma relação não apenas desigual, mas combinada.

Francisco de Oliveira também analisa o moderno capitalismo brasileiro ao focar o setor agrícola, informal e o barateamento da força de trabalho. De acordo com ele, os mecanismos de atraso no setor agrícola deram aos centros urbanos, às cidades, um exército de mão-de-obra excedente, um exército industrial de reserva.

A não superação das formas agrárias concedeu a manutenção da força de trabalho a níveis reduzidos, o que permitiu a acumulação de capital e industrial intenso. Ou seja, a agricultura atrasada e as suas formas de trabalho financiaram a industrialização brasileira.

"Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. [...] A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo" (Oliveira, 2003, p 39)

O texto de Oliveira (2003) nos mostra como as velhas formas de acumulação, e consequentemente, de trabalho, se reproduzem até os dias atuais e porquê elas são importantes para a sustentação do capitalismo brasileiro. A compatibilidade entre os autores que analisam como é possível a coexistência entre formas não-capitalistas de trabalho e o próprio capitalismo, nos mostra que no processo de formação deste sistema, a acumulação e ocultação do não-trabalho assalariado é incorporado na produção de mais-valor. Além disso, a estruturação dos lares e das múltiplas rendas para sobreviver às variações da economia-mundo revelam as estratégias micro dos agentes sociais em meio às formas de trabalho que eram consideradas pré-capitalistas na literatura clássica. Desta forma, o olhar mais atento ao empírico se faz necessário, visto que o Brasil e a América Latina foram fundados historicamente sob clivagens coloniais que operam e compatibilizam com as modernas formas do capital.

1. Comércio e consumo popular - A região do Brás-SP

O comércio popular é visto como um trabalho precário, informal e ilegal. Essa visão é disseminada pela mídia e reforçada no cotidiano em conversas e visitas a centros comerciais populares (RANGEL, 2019, p.1). Apesar de haver lojas regulamentadas, há uma profusão de vendedores ambulantes espalhados pelas calçadas da região evocando essa imagem de desordem.

Há cerca de três décadas a região do Brás, localizada no centro da cidade de São Paulo, se consolidou como um importante centro de comércio popular. O comércio realizado na madrugada recebeu reconhecimento nacional e prospectou uma maior expansão e consolidação nos anos 2000, catalisando, em termos de escala, o escopo do dispositivo comercial operante, *“mas também no que se refere a uma nova configuração política, econômica e social, expressa através das disputas em torno da produção contemporânea de um novo modelo de mercado, com traços mais empresariais”* (RANGEL, 2017, p. 198).

Traçando um histórico geral, o bairro se tornou popular como área de vendas de produtos, em especial peças de vestuário, a partir dos anos 1970. A região, antes uma área fabril, passou a ser ocupada por comerciantes que criaram suas lojas após o deslocamento das fábricas

para outros locais do estado. Desde então, populações marginalizadas, em especial negros, e recente mente outros grupos étnicos, encontraram no Brás um local de conseguir renda por meio da venda de produtos.

A noção de marginalidade, como ilustra Durães (2022, p. 46), procura englobar todas as relações de trabalho e categorias de pessoas que não participam da relação direta entre capitalistas e trabalhadores assalariados produtivos, mas também aquelas que não se revestiram de racionalidade na reprodução do capital. Nesse sentido, inclui-se no quadro de marginais do sistema formal, vários segmentos como os desempregados, pauperizados, trabalhadores temporários, camelôs e ambulantes.

Essas práticas marginais que acontecem, sobretudo no espaço da rua foram constituindo e consolidando uma lógica própria de trabalho, no processo e nas relações de trabalho que se manteve e, em certos casos, ainda se mantém avessa às práticas totalizantes ditas formais/regulares de trabalho da sociedade capitalista. A rua, enquanto lócus secular de produção e reprodução social, vive em conexão com um fluxo econômico geral de circulação de mercadorias relegada a uma gama de excluídos da sociedade regular, os quais encontraram apenas nessas atividades sua possibilidade de sobrevivência (DURÃES, 2022, p. 106).

Sendo o Brás um mercado que gera em torno de R\$13 bilhões de reais anuais, porém, esse valor pode ser ainda maior uma vez que não é levado em consideração os vendedores ambulantes. A maioria dos produtos são de origem chinesa, do nordeste brasileiro e de São Paulo. (RANGEL, 2019, p. 4)

Sendo o vendedor ambulante, o camelô, visto da seguinte forma:

“...o camelô não é um desassistido. O seu ofício não é mendicância. O camelô nada tem a ver - nada, em absoluto - com a criança que procura vender balas ou bugigangas nos cruzamentos da cidade. O camelô é um indivíduo que escolheu a profissão e aceitou os riscos. É adulto e consciente. [...] O camelô, seja “empregado” ou “patrão”, é o anti menino das balas dos semáforos. Ambos nos incomodam à sua maneira, é certo. Mas, enquanto o menino nos martela com a evocação do desespero instalado em plena infância, o camelô nos adverte, em sua autossuficiência arrogante, que o mundo (e a verdade) são daqueles que se organizam mas espertamente - e só. (Associação Viva o Centro, 1994, *apud* Rangel 2020, p. 310-311)

Diante desse cenário, e no decorrer de inúmeras intervenções a fim de regulamentar os comerciantes populares e da dos perfis de vendedores, a região tem passado por um processo de “empresarização”:

“Por “empresarização” entendo a operação combinada de três aspectos: 1) as mudanças infraestruturais (confinamento do comércio), com os investimentos nos novos shoppings populares, assim como em hotéis e serviços para atender os consumidores; 2) a disseminação de novas formas de regulação, destacando-se predominantemente a conversão dos camelôs em microempreendedores através da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI); e 3) a adaptação subjetiva dos agentes, com a mobilização cada vez mais disseminada do discurso empreendedor” (RANGEL, 2020, p. 319)

Apesar desse processo, ainda há um grande volume de pequenos comerciantes e vendedores ambulantes que se encontram na região, e evidentemente, não recebem o mesmo tratamento e nem possuem os mesmos direitos do que vendedores regulamentados. Uma vez que, durante o processo de regulamentação dos comerciantes, todo o trajeto de mercadorias passa pela Receita Federal, e são fiscalizadas.

Esses trabalhadores, nas palavras de Durães (2022, p. 110), criam e reinventam modas e estilos, por vezes apenas reproduzindo uma estética do dito mundo formal, outras vezes, agregando inovações de vendas. No entanto, vivem a ocupar os ditos espaços intersticiais, situados no entorno de atividades formais sob as situações típicas das ruas das grandes cidades, como coerção policial, assaltos, brigas, repressão dos agentes de fiscalização municipal, sol, chuva, entre outras, ainda.

Além disso, nos últimos anos houve o aumento do número de galerias e shoppings populares por parte de grupos privados e com o apoio do poder público, trazendo a promessa de aperfeiçoamento desse tipo de comércio e que resultaria em benefícios coletivos. Assim, a empresarização acontece por uma pressão ao enquadramento do comércio via empreendedorismo, correndo o risco de, caso não se enquadre, sejam controlados segundo estratégias militares, ou seja, por meio da violência.

Portanto, o trabalhador do comércio popular é um ponto de inflexão, um elemento de conflito e de interesse para o movimento de rendas. E que, como evidencia Rangel no trecho a seguir sobre o comércio ambulante - e que pode, em certa medida, ser direcionado a maioria dos comerciantes da região - impactou e transformou todo o cenário e funcionamento do mercado popular do Brás.

O mesmo comércio ambulante que ajudou a construir a fama comercial da região do Brás, por exemplo, é associado ao processo de degradação urbana e a um conjunto de práticas ilegais - desde a circulação de produtos ‘piratas’ e contrabandeados à venda de artigos roubados -, além de dificultar a circulação pelas vias públicas, de forma que sua repressão é vista como uma forma de ‘revitalizar’ esses espaços. A multiplicação dos shoppings populares se justifica em parte por essa busca por modernização, que, nessa perspectiva de gestão, implica também em reorganização sob a lógica de mercado. (RANGEL, 2019, p. 4)

A longa jornada dos camelôs que competem com os concorrentes lojistas, com a lei, com o tempo e com as incertezas, como bem definem Gomes e Santos (2016, p. 75), é caracterizada por marcantes articulações e manifestações calcadas em uma criatividade típica da cultura popular, perpetuada na tradição de grito e luta em palavras que se propagam tão pouco românticas, mas esperanças por dias melhores.

Com fins a entender a reprodução social do espaço urbano, assim como as contradições presentes neste espaço, consideramos a visita a campo como meio para entender o cotidiano em suas vísceras, assim como a pandemia afetou o comércio popular no Brás. Entendendo as dificuldades de acesso aos ambulantes, buscamos entidades representativas que pudessem expor as dificuldades dos pequenos comerciantes e ambulantes no período pandêmico.

Uma das entidades foi a Acimpe (Associação do Micro e Pequeno Empreendedor), sendo uma associação que foi fundada em 2008 com o propósito de representar os micro e pequenos empreendedores, além dos camelôs e imigrantes que compõem a região. De acordo com seu fundador e atual presidente, Neilson dos Santos, seu principal propósito é criar meios de acesso a serviços como formalização e criação de CNPJ, dentista, cartão de crédito, máquinas de cartões de crédito e débito (que são patrocinadas exclusivamente pela PagSeguro), além de garantir meios jurídicos para minimizar a repressão aos camelôs informais e representá-los nas instâncias municipal e estadual. Embora não seja um sindicato e de não cobrar taxas mensais, a associação possui cerca de vinte mil associados e cobra apenas por serviços prestados.

Neilson relata não ter parado durante todo o período de isolamento e que sua luta sempre foi pela regularização dos comerciantes informais, além da possibilidade de micros e pequenos empreendedores poderem continuar suas atividades durante os períodos de fechamento, dado que, por falta de aparato estatal, muitos passaram por dificuldades com o comércio fechado.



Através de mobilizações feitas pelas redes sociais, como grupos de Facebook e WhatsApp, Neilson e a associação articularam uma manifestação pedindo a reabertura do comércio e o fim da repressão por parte da polícia municipal que, segundo ele, reuniu cerca de 3.500 pessoas, incluindo ambulantes, camelôs brasileiros e imigrantes. A conexão com estes lojistas se deu por pequenos vídeos gravados com o objetivo de se tornarem virais via redes sociais. Neilson ressaltou a importância dos vídeos dada a heterogeneidade do público no Brás, em que muitos não têm educação básica para leitura de mensagens e mesmo os imigrantes, que entendem melhor a linguagem falada que a escrita.

De acordo com o presidente da associação, não houve atendimento das demandas pautadas, o que reforça sua insatisfação com políticas públicas para com a classe no geral, que segue sendo estereotipada e negligenciada, além de sofrer repressão policial e discriminação. Embora as pautas tenham sido entregues para alguns deputados estaduais (o entrevistado não mencionou quais) da Câmara Legislativa, Neilson afirma que nenhuma delas foi atendida.

Imagem 1 - Manifestação pela reabertura do comércio Acimpre (Março/2021).



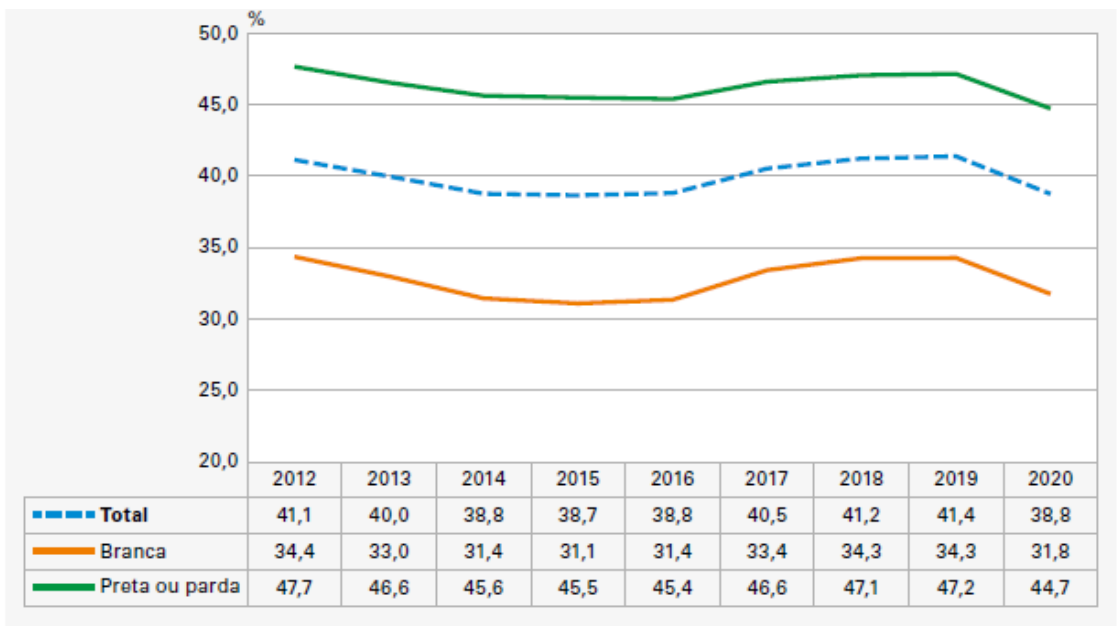
Fonte: Acimpe.

A fome e a repressão aos ambulantes traduzem como os agentes públicos lidam e lidaram com o exército reserva que o próprio neoliberalismo criou. De acordo com o IBGE, a



proporção de trabalhadores em ocupações informais é constante, mesmo antes da pandemia, ilustrando que o acesso ao assalariamento e a rede de proteção de direitos trabalhistas é baixo. Segundo o IBGE, 38,8% dos trabalhadores estão em ocupações informais. A maioria são negros, representando quase a metade do contingente da informalidade.

Gráfico 1 - Proporção de pessoas em ocupações informais por cor ou raça no Brasil - 2012 -2020.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2020.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e de quintas visitas em 2020.

Isso retrata como o racismo estrutural e a desigualdade de acesso à proteção trabalhistas por parte das famílias negras é latente no Brasil moderno, independentemente dos governos que se encontram no poder, as formas de rendas informais, conforme Wallerstein & Smith nos disse, aumenta conforme a menor inserção e dependência com o assalariamento (proletarização) dessa família. O passado colonial brasileiro ainda ressoa nos dias atuais, e conforme Quijano (2005) e Oliveira (2003) nos lembra, a combinação entre o arcaico e o moderno acomodou e estruturou o capitalismo latino-americano, de modo a gerar profundas desigualdades perceptíveis até os dias atuais.

Na ida ao Brás podemos perceber que o medo de represálias ou denúncias representa uma dificuldade para entrevistas. Alguns dos comerciantes, que não queriam se identificar, diz que o acesso às mercadorias no período da pandemia também foi afetado, dado o fechamento de pequenas fábricas de tecido, ou mesmo de empresas intermediárias. A queda de consumidores, a repressão policial, a fome e o desespero levou muitos a desistirem, pois aquela

era a única fonte de renda. Somado a essa situação, o vírus também foi um vetor de mortes dos comerciantes, traduzindo o drama e as lutas diárias para ter de escolher entre *“morrer de fome em casa ou morrer com o vírus na rua”*. O comércio de rua necessita da presença dos consumidores, sem eles, o alvo aos ambulantes ficou mais visível por parte do poder público. A luta pela garantia de sobreviver, exposta na manifestação acima, somado ao perigo pandêmico, coloca o drama do comércio popular e as dimensões da pobreza na metrópole mais rica do Brasil.

2. Considerações Finais

A partir de uma análise histórica acerca da história do comércio e trabalho informais, associando-as aos espaços pauperizados do comércio popular no Brás, o presente artigo teve o objetivo de mostrar como a discussão do comércio informal e a produção do espaço urbano, travam lutas que representam nuances históricas na formação do capitalismo brasileiro. Entendendo que o fundamento raça é um marcador social da diferença fundamental, o artigo visou mostrar como os impactos das desigualdades sociais e repressão ainda são resquícios de uma colonialidade que se faz presente no cotidiano.

O vírus da desigualdade e do neoliberalismo são tão letais quanto o próprio coronavírus, mediando conflitos e lutas espaciais por sobrevivência, pelo direito da existência e da reprodução da vida, ainda que por meio do comércio a própria vida, no contexto exemplificado, pudesse estar em perigo. Se o próprio capital é o responsável pela manutenção cada vez maior de exércitos reservas, especialmente no neoliberalismo, a repressão aos indivíduos que tentam obter renda via informalidade revela as formas perversas de lidar com os resultados plantados pelo próprio sistema.

Conforme Milton Santos (2008) nos alertava, o circuito inferior da economia garante a manutenção do circuito superior, além de arrochar salários, manter padrões de consumo às classes mais baixas, e pauperizar o máximo que pode a pobreza urbana, reproduzindo espaços desiguais de acesso à renda e assalariamento. Os trabalhos informais, se analisados mais microscopicamente, é necessário na manutenção do capital, e espaços como o Brás não vão eliminar a prática do comércio popular, dado que a volatilidade de empregos, assim como a forte demanda enseja meios criativos e de sobrevivência. A presença física revela o calcanhar de Aquiles do comércio informal de rua, dado que a tendência às ferramentas online têm se tornado cada vez mais presentes.

A aparente (des)organização do Brás revelam estratégias ocultas ao olhar mais desatento, como meios de fugir aos aparatos de repressão estatal. As redes solidárias e os grupos de whatsapp, como forma de organização de manifestações e cobranças por direitos, revelam

as novas estratégias de união de classe, ainda que condicionadas às demandas cada vez mais perversas, como direitos básicos à renda, alimentação e saúde. É nesse mundo de contradições, que a totalidade do espaço do consumo e do comércio caminha no século XXI.

3. Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. ALVES, G. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. *Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?* Revista Praia Vermelha, v.20, n. 1, jan/jun 2010.

CARLOS, Ana Fani A. *Da organização à produção do espaço*. In: **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157p.

CASTEL, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. São Paulo, Vozes, (cap. 7, parte II, pp. 415-436).

DURÃES, Bruno José Rodrigues. *Camelô de tecnologia ou Camelô Global: novas formas de expansão do capital na rua*. 2011. 276 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1614220>. Acesso em: 21 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE, 2021, Coordenação de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

GOMES, Álvaro C.; DOS SANTOS, R. O. *Os camelôs da feirinha da madrugada na cidade de São Paulo: uma abordagem ancorada na multiplicidade social*. Revista de Humanidades, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 70–81, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/6806>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. ENDERLE, R. (trad.) 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017, Cap. XXIII, pp. 689 - 704.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista - o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. Editorial, 2003.

POCHMANN, M. *O excedente de mão-de-obra no município de São Paulo*. In: JAKOBESSEN, K. MARTINS R. DOMBROWSKI O. Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramos, 2000.



QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina..* In: Edgardo Lander (comp.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* CLACSO, Buenos Aires, 2005.

RANGEL, Felipe. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente.* (2019). Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal de São Carlos. 2019.

RANGEL, Felipe. *Trabalho, mercado e cidade: sobre estratégias de regulação do comércio popular na hegemonia neoliberal.* *Cidades brasileiras: temas e questões para debate.* São Paulo: EDUC (2020): 309-336.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.* VIANA, M. (trad.). 2ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, C.H.C. Comércio. *BRASIL EM NÚMEROS.* IBGE, Rio de Janeiro, 2021, pp. 297-313.